



Parecer sobre

**"ESTUDO DA
VALORIZAÇÃO
DOS RECURSOS
HÍDRICOS PARA
A AGRICULTURA
NO VALE DO TEJO
E OESTE"**

Fevereiro 2025

Morada:

Travessa do Moinho de Vento, Nº 17 Cv Dt,
1200-727 LISBOA

Email: geota@geota.pt

ÍNDICE

Parecer de “Discordância”	1
1. Danos ecológicos	3
2. Danos económicos, sociais, patrimoniais e de paisagem cultural	5
2.1. Económicos e sociais.....	5
2.2. Património e Paisagem Cultural.....	8
3. Agravamento de riscos de segurança	10
3.1. Inundações.....	10
3.2. Erosão das margens	11
3.3. Estabilidade estrutural dos pilares da ponte ferroviária	11
4. Incumprimento das Diretivas Quadro da Água, Aves e Habitats, e da Estratégia para a Biodiversidade 2030 da União Europeia	11
5. Ausência de uma verdadeira Avaliação Ambiental Estratégica	13
5.1. Prioridades do projeto “Água que une”	13
5.2. Ausência de avaliação das melhores alternativas	14
6. Insuficiência da informação para a participação pública	16
6.1. Informação sobre o açude e a albufeira	16
6.2. Informação sobre impactos ambientais	16
6.3. Informação de avaliação financeira	16

PARECER DE DISCORDÂNCIA

O **GEOTA** (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente), apresenta um parecer de discordância ao "**Estudo da Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste**" que se justifica pelos graves danos ecológicos que o novo açude irá exercer sobre os ecossistemas das bacias do rio Zêzere e do rio Tejo em incumprimento das Diretivas Quadro da Água, Aves e Habitats, e da Estratégia para a Biodiversidade 2030 da União Europeia, bem como pelos danos económicos, sociais, patrimoniais e de paisagem cultural que afetarão as populações ribeirinhas dos concelhos de Vila Nova da Barquinha e Constância, e pela apresentação de uma Avaliação Ambiental que não cumpre os requisitos para que seja considerada como Estratégica.

O GEOTA fundamenta o seu parecer nos seguintes termos:

1. A rejeição da construção do novo açude que irá provocar graves danos ecológicos, uma vez que a sua construção implica o incumprimento das Diretivas Quadro da Água, Aves e Habitats, e da Estratégia para a Biodiversidade 2030 da União Europeia;
2. A defesa da preservação dos últimos 120 km um rio Tejo vivo e livre com dinâmica fluvial privilegiando o desenvolvimento regional sustentável assente em novas políticas e práticas agrícolas que favoreçam os valores ecológicos que sustentam a cadeia da vida, ao mesmo tempo que promovem o turismo de natureza e cultural, as atividades piscatórias tradicionais e a gastronomia centrada nessas atividades, estratégia que não estará alinhada com o projeto de um novo açude que irá causar danos económicos, sociais, patrimoniais e de paisagem cultural, bem como o agravamento dos riscos de segurança causado pelas alterações hidromorfológicas que afetarão as populações ribeirinhas dos concelhos de Vila Nova da Barquinha e Constância;
3. A exigência da realização de uma verdadeira Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), que integre o estudo de soluções alternativas com base nas metas da Diretiva Quadro da Água, tendo em conta todas as dimensões, ecológica, social, financeira, tecnológica, que melhor respondam aos desafios atuais e futuros, avaliando a possibilidade de adoção de soluções de engenharia natural. Esta AAE deverá contribuir para o desenvolvimento de políticas e estratégias, considerando sinergias entre diferentes ministérios (Ambiente, Agricultura e Economia), que contribuam verdadeiramente para a ação climática, nomeadamente:
 - a) Implementação de regimes de caudais ecológicos;
 - b) Aumento da eficiência hídrica e promoção do uso racional ("responsável") da água;
 - c) Redução das perdas de água nos sistemas de abastecimento público, agrícola, turística, industrial;

- d) Promoção da utilização de água residual tratada;
- e) Instalação de equipamentos de captação de água diretamente do rio, com economias de escala para os utilizadores;
- f) Adoção de Medidas Naturais de Retenção de Água aos níveis agrícola, urbano, florestal e hidromorfológico, já implementadas em países da União Europeia;
- g) Investimento na investigação, na formação e na adaptação a novas práticas agrícolas em condições de forte carência de água através da cobertura permanente do solo, da mobilização reduzida ao mínimo necessário, da plantação de corta ventos, etc., para melhor aproveitamento da água e aumento da fertilidade dos solos;
- h) Implementação de políticas de ocupação e uso dos solos (agrícolas, florestais, urbanização, etc.) que combatam a poluição e favoreçam práticas agroecológicas.
- i) Desenvolvimento e implementação de uma política de remoção de barreiras obsoletas, ao contrário da construção de mais açudes, que diminuem a conectividade longitudinal e, conseqüentemente, modificam os habitats ribeirinhos, diminuem a biodiversidade e poem em causa o equilíbrio ecológico fluvial.

Estas soluções alternativas devem ainda assegurar uma política de recuperação de custos dos serviços da água e o uso adequado do erário público considerando o seu custo de oportunidade, permitindo que a decisão de implementar qualquer um desses projetos seja tomada com base em critérios de minimização do impacto ambiental, em cenários realistas de procura de água e de captação de investimento produtivo, bem como de utilização das melhores tecnologias disponíveis para garantir a competitividade económica das explorações agrícolas, nomeadamente, de eficiência hídrica.

A Avaliação Ambiental Estratégica deve responder ainda às seguintes questões: Maior consumo de água? Para servir quem? Para produzir o quê? Com que práticas?

Neste sentido, é fundamental que no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica se avaliem cenários alternativos, nomeadamente, o cenário de não alteração (situação 0), considerando as várias variáveis como: utilização de diferentes espécies culturais, diferentes contextos económicos e sociais, diferentes cenários de alterações climáticas.

4. A rejeição dos projetos de construção de novos açudes e barragens e a exigência de uma regulamentação adequada para as barreiras que já existem de modo a garantir: o estabelecimento de verdadeiros caudais ecológicos; um regime fluvial adequado à migração e reprodução das espécies piscícolas; a qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas do rio Tejo e afluentes; a conservação e recuperação dos ecossistemas e habitats essenciais à manutenção dos

ciclos vitais; e uma conectividade fluvial proporcionada por eficazes passagens para peixes e pequenas embarcações;

5. A integração de caudais ecológicos determinados cientificamente nos Planos de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo com a coordenação das administrações de Portugal e Espanha, implementados nas barragens portuguesas (Fratel, Belver, Castelo de Bode, entre outras) e nos pontos de controlo que atualmente estão presentes na Convenção de Albufeira, em Cedillo e Ponte de Muge;
6. A implementação de medidas que visem a recuperação ecológica do rio Tejo e de toda a sua bacia para salvaguardar a continuidade dos ciclos vitais que ditam a sustentabilidade da Vida através da conservação e recuperação da sua Biodiversidade e do património natural;
7. Um futuro onde os laços entre a natureza e a cultura das comunidades ribeirinhas perdurem e se reforcem com o regresso de modos de vida ligados à água e ao rio, assentes em princípios de sustentabilidade e responsabilidade, transversal a todas as atividades: piscatórias, agrícolas, industriais, educacionais, turismo de natureza, ecológico e cultural, e usufruto das populações ribeirinhas.

Neste sentido, apresentam-se os fundamentos da discordância com o estudo e fazem-se presentes os seus danosos impactos, que se sabem serem reais e verdadeiros:

1. Danos ecológicos

Os graves danos ecológicos negativos provocados pelo novo açude ao fragmentar os únicos 120 km de rio Tejo livre e com dinâmica fluvial serão os seguintes:

- Deterioração da qualidade por estagnação de massas de água pelos efeitos de eutrofização e de acumulação da poluição de montante, em incumprimento da Diretiva Quadro da Água;
 - ⇒ Elevado tempo de residência da água nas albufeiras;
 - ⇒ Estagnação das águas que propicia um meio privilegiado para o crescimento de cianobactérias da espécie *Mycrocystis aeruginosa*;
 - ⇒ Aumento da temperatura média da água que atingirá valores superiores a 26º C, nomeadamente em dias de ventos fracos e baixa evaporação (já atualmente em 577 análises da EPAL, 23 apresentam valores acima de 25º C);
 - ⇒ Concentração em fosfatos, frequentemente com valores acima de 0,15 mg/l de Fósforo total;
 - ⇒ Acumulação da poluição da indústria da celulose visto que a Caima descarrega diretamente para a albufeira do açude e imediatamente a montante deste.

Devido a estes fatores muito negativos, as águas deste açude, já por si mesmas mesotróficas devido à alta concentração de Fósforo, irão provavelmente desenvolver fortes crescimentos de algas azuis-verdes do espécie *Mycrocystis aeruginosa* e as toxinas do tipo MCYST por elas produzidas irão impossibilitar a utilização do rio para atividades balneares, reduzir a biodiversidade, degradar a fauna piscícola penalizando a atividade piscatória e prejudicar fortemente a captação e tratamento de água de abastecimento público.

Enquanto é necessário um nível de concentração de matéria orgânica (eutrofização) baixo para o abastecimento público de água potável, para a fauna piscícola e para a fruição dos planos de água para banhos, mesmo sem contacto direto (desportos náuticos), o mesmo é pouco relevante para a utilização na rega ou na produção de energia elétrica. Não admira, pois, que o projeto do açude, destinado à irrigação da agricultura intensiva, esteja despreocupado com as graves consequências do seu impacto sobre a qualidade da água.

- Alterações nos ecossistemas e nos habitats da fauna do rio Tejo (na flora aquática ou submersa – espaços verdes - e na fauna terrestre, ictiofauna e à avifauna – colónias de cegonhas que nidificam junto ao futuro açude) devido, nomeadamente, à sua fragmentação pela criação de barreiras à circulação das populações de espécies piscícolas e à interrupção das rotas utilizadas por animais, em incumprimento das Diretivas Habitats e Aves;
- Criação de enormes dificuldades à migração de espécies piscícolas (e.g., enguia, sável, lampreia, savelha) sendo fortemente prejudiciais às migrações de espécies fundamentais para a preservação do bom funcionamento do ecossistema aquático visto que as melhores passagens para peixes e eclusas têm uma eficiência máxima de apenas 30% e representam um débil auxílio para a transposição dos açudes e barragens pela fauna piscícola;
- Facilitar a proliferação das espécies exóticas invasoras, em especial, dos predadores de topo, por exemplo, o Siluro (*Silurus glanis*), em detrimento do desenvolvimento das espécies nativas.
- Aumento da água superficial e subterrânea que será contaminada por agroquímicos (fertilizantes e pesticidas) utilizados na produção agrícola intensiva;
- Redução das disponibilidades hídrica em virtude do aumento das perdas de água por evaporação geradas pela estagnação da água, aumento da temperatura da água e existência de maiores planos de água com exposição solar;
- Redução da disponibilidade hídrica a jusante do açude face à ausência de definição de um regime de caudal ecológico, dificultando a recarga dos aquíferos e o bom funcionamento dos ecossistemas;
- Redução dos caudais de chegada ao estuário do Tejo e à orla marítima que gera alterações nas zonas de transição entre a água doce e a água salgada, com impacto nos estímulos às espécies piscícolas,

e um menor transporte de sedimentos causando alteração da dinâmica sedimentar (i.e., as areias não recarregam as praias da linha costeira);

- Aumento das emissões com efeito de estufa, nomeadamente, de metano com origem na decomposição da matéria orgânica que tende a acumular-se no fundo de albufeiras.
- A subida do nível médio das águas do mar é uma consequência incontornável das alterações climáticas, importando assumir que o recuo das atividades humanas junto à linha de costa - como a agricultura - serão inevitáveis em cenários de médio e longo-prazo.

A intrusão da cunha salina é um fenómeno que pode ocorrer em massas de água subterrâneas em contacto com água salgada se a quantidade de água doce captada for superior à recarga, levando a um desequilíbrio que origina a progressão lenta e continuada da água salgada para o interior da água subterrânea.

Este não é um problema do Baixo Tejo e da Região Hidrográfica do Tejo uma vez existem disponibilidades hídricas subterrâneas suficientes e o volume de recarga e extraível das águas subterrâneas é superior ao volume das extrações, apresentando um balanço hídrico significativamente positivo das águas subterrâneas (Fonte: Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo 2016/2021 e Estudo da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos).

Por outro lado, a construção de um novo açude no rio Tejo e da nova barragem do Ocreza não pretendem o aumento dos caudais de chegada à foz, mas sim armazenar água em barragens para o seu consumo pelo regadio intensivo, o que representa uma contradição óbvia com o objetivo de contenção da cunha salina através do aumento de caudais.

Com efeito, a criação de barreiras não será a solução, já que promoverão um aumento significativo da evaporação e a captação de mais água, o que resulta num decréscimo em termos de quantidade e uma degradação da água devido ao aumento da água que será contaminada pelos agroquímicos utilizados na produção agrícola.

Por oposição, o estabelecimento de um regime de caudais ecológicos na Convenção de Albufeira e nos Planos de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo em Portugal e Espanha, bem como a conservação de um rio Tejo livre e com dinâmica fluvial, são particularmente importantes.

2. Danos económicos, sociais, patrimoniais e de paisagem cultural

2.1. Económicos e sociais

A. Irrracionalidade económica do projeto

O estudo apresenta uma estimativa de investimento global a realizar de cerca de 1,3 mil milhões de euros com despesas anuais manutenção e conservação de 159,3 milhões e despesas de exploração, pessoal e energia estimadas em 87,1 milhões de euros.

A irracionalidade económica do projeto em estudo é notória uma vez que os investimentos de 1.300 milhões de euros que prevê é 2 vezes superior ao valor acrescentado bruto anual da agricultura com rega intensiva na região hidrográfica do Tejo e Oeste, da ordem dos 563 milhões de euros, sendo claramente um gasto desproporcionado de dinheiros públicos.

Quadro 2.28– Caracterização do Regadio na RH5 – Tejo e Ribeiras do Oeste

REGIÃO HIDROGRÁFICA	Caracterização Económica do Regadio							
	Dados de Base				Indicadores			
	VAB (10 ⁶ €)	Emprego (UTA)	Explorações (N ^o)	Superfície (Ha)	VAB/Ha (€)	VAB/UTA (€)	UTA/Ha (N ^o)	VAB/m ³ (€)
RH 5 - Tejo e Ribeiras do Oeste	563	27.745	24.528	148.148	3.798	20.281	0,19	0,48
% RH 5	46%	20%	17%	32%	144%	233%	62%	134%
CONTINENTE	1.224	140.357	143.577	464.283	2.636	8.721	0,30	0,36

Fonte: GPP-MAM, 2015, a partir do Recenseamento Agrícola de 2009

Certamente que, **a ser realizado algum investimento, deverá sê-lo noutras finalidades de maior valor acrescentado para a sociedade como sejam a reconversão e adaptação da agricultura às novas condições climatológicas que já peca por tardia.**

Além disso, não se conhece o seu impacto sobre a capacidade de captação de investimento produtivo, nem se este investimento captado será suficiente para assegurar o aumento da superfície irrigável pretendido.

Por outro lado, o custo do investimento anunciado não inclui os “custos” irreversíveis associados à perda de biodiversidade e ao impacte negativo sobre o funcionamento dos ciclos ecológicos, ignorando a responsabilidade moral de assegurar a justiça intergeracional.

Atualmente, não existem previsões de maiores pressões de necessidade de água na agricultura que justifiquem a construção de novos açudes e barragens uma vez que as superfícies irrigáveis e regadas se têm vindo a reduzir no Ribatejo e Oeste, apesar de existirem disponibilidades hídricas superficiais e subterrâneas para a sua expansão.

A inversão desta tendência está mais dependente de outros fatores como sejam a captação de mais e melhor investimento produtivo, que passa pela formação e incentivos à utilização das melhores práticas e tecnologias disponíveis para garantir a competitividade económica das explorações agrícolas, nomeadamente, a eficiência hídrica e as práticas agroecológicas.

Estas inovações, para além de reduzirem as necessidades hídricas, aumentam a fertilidade do solo, favorecem a Biodiversidade e reduzem o recurso a químicos de síntese e combustíveis fósseis, contribuindo no seu conjunto para a redução da poluição (do ar, da água, dos solos e dos alimentos) e das emissões de gases com efeito de estufa (CO₂ e metano).

B. Agricultura

A perda de terrenos agrícolas férteis da margem esquerda do rio Tejo, a montante da confluência do Zêzere, os quais, pela sua configuração plana, de natureza aluvional, ficarão seguramente submersos.

O concelho de Constância considera que os “benefícios que poderá trazer para a Agricultura a concretização desta infraestrutura, não compensam decerto os prejuízos que dela poderão advir” e o de Vila Nova da Barquinha que “Não há quaisquer benefícios para a agricultura no nosso concelho”.

C. Turismo

A albufeira e o açude propostos destruirão a atividade turística que se realiza nos concelhos de Constância e Vila Nova da Barquinha, com especial relevo para os seguintes aspetos:

- A praia fluvial de Constância será submersa, bem como os espaços verdes da sua zona ribeirinha;
- O desporto náutico, a canoagem e o Stand Up Paddle deixarão de ser exequíveis face à criação de uma barreira artificial no rio Tejo e deixam de ser atrativos com a perda de paisagem natural na confluência do rio Zêzere e do rio Tejo;
- O trilho panorâmico do Tejo, recentemente inaugurado, ficará submerso a montante entre o Centro Náutico de Constância e a Praia do Ribatejo;
- A redução de visitas pela perda de paisagem natural e cultural, com prejuízos para a hotelaria e restauração.

D. Indústria

A fábrica de celulose do Caima pode sofrer graves entraves ao funcionamento e operação decorrentes do acesso à água podendo traduzir-se num impacto negativo muito significativo para os seus trabalhadores, a economia e a comunidade.

No próprio Relatório Ambiental Preliminar é referido que: "Na região Médio Tejo, uma vez que os sistemas do projeto têm como origem de água captações da albufeira que será criada pelo açude a construir, e tendo em conta que uma indústria se situa a montante (Caima, SA — indústria de celulose), as suas atuais condições de operação poderão ficar comprometidas por dificuldades de

acesso à água armazenada, impacto na qualidade e disponibilidade de água, regulamentações legais e conflitos de uso, bem como limitações operacionais associadas ao funcionamento do açude."

E. Imobiliário

A concretização desta infraestrutura irá limitar ainda mais e dissuadir quem agora promove e dinamiza atividade urbanística no Centro Histórico de Constância, onde muitos são os que estão a investir na reabilitação e revitalização do património edificado e na dinamização do Núcleo Histórico da Vila, tão característico e singular e que tantos convida a visitar.

2.2. Património e Paisagem Cultural

A alteração da paisagem natural acarretará perdas da sua diversidade e alterações da paisagem cultural associada ao rio Tejo. Importa salvaguardar esta paisagem natural e cultural mantendo a exuberante diversidade e complexidade coexistente das unidades de paisagem do rio Tejo, e preservando o mosaico plural de patrimónios e culturas que identificam as nossas comunidades ribeirinhas do Tejo, que as tornam únicas e as elegem como atores principais da paisagem cultural.

Com a criação da albufeira na foz do rio Zêzere com o rio Tejo e do açude proposto, não perdurará a paisagem cultural e o património que estão associados ao rio Zêzere e ao rio Tejo, quer na sua vertente imaterial das vivências sociais, culturais e religiosas das populações ribeirinhas do Tejo, quer na vertente material que a sua paisagem natural ainda enquadra, do qual se realçam a envolvente da Vila de Constância e o castelo de Almourol, bem como os caís, os muros de sirga, os moinhos de água e de maré, entre outros.

Neste sentido devemos relevar a descaracterização da Vila de Constância pela sua submersão parcial que a isolará daquilo que mais a prestigiou, "a convivência harmoniosa e ambientalmente equilibrada, a cultura e a economia local historicamente desenvolvidas na confluência de dois dos mais importantes rios de Portugal".



Perspetiva/Montagem do futuro cenário na Vila Constância

O município de Constância tem feito um enorme esforço para a valorização da sua Paisagem única, inclusive para a salvaguarda dos seus bens patrimoniais e até mesmo o seu património intangível.

Desde o projeto POMTEZE (Plano de Ordenamento das Margens do Tejo e do Zêzere), em que valorizaram as margens realizando a reabilitação das mesmas, transformando-as em espaço lúdico e de lazer e onde se passa toda a atividade social da Vila, até ao roteiro turístico-cultural de Constância, aos percursos temáticos na Vila, aos Percursos de Observação e interpretação da natureza, ao Roteiro Gastronómico, à construção do Parque Ambiental de Santa Margarida, à Rota dos Cântaros e Cantos, à criação do Museu dos Rios e das Artes Marítimas, às Rotas Divinas e à Construção do Centro de Ciência Viva, a principal preocupação foi de reforçar a ligação aos rios Tejo e ao Zêzere, melhorando a qualidade de vida dos seus habitantes e oferecendo sensações excecionais aos seus visitantes. Uma tentativa de salvaguardar a História e a Identidade da Vila, em que a mesma passa pela ligação com os Rios.

Com a construção do açude proposto, deverão equacionar-se as possíveis transformações na Paisagem Cultural de Constância e ponderar que possíveis cenários se podem traçar uma vez que a Vila Constância tem uma beleza indiscutível e depende da sua relação com os rios Zêzere e Tejo, assim como toda a sua vida social e as suas tradições.

Neste momento, Constância é uma localidade imensamente procurada, cujas atrações são procuradas durante todo o ano. Trata-se de um local em que a sua História fala por si, viveu do rio e para o rio, foi sempre visitada pelos marcos da história portuguesa, como Camões, D. Sebastião,

D. Maria I, etc. E continua a ser procurada, principalmente pelas suas paisagens de excelência. Trata-se de uma região a proteger, salvaguardar e propagar para o futuro.

Contudo, e como toda a relação da Vila foi com o rio, o cenário mais provável é a “certidão de óbito” da Vila, visto que será rodeada de água, sendo completamente submersa a sua praia fluvial e parcialmente submersa a sua zona ribeirinha, acontecimento que pode mesmo marcar o declínio deste sítio urbano, levando a que se transforme num objeto morto e sem vida.

No que respeita ao Castelo de Almourol trata-se de um Monumento Nacional, o qual tem características únicas, e como tal, toda a sua envolvente deveria ser salvaguardada, assim como as características físicas, geográficas e geomorfológicas do ilhéu onde se localiza.

Com a construção do açude proposto e sem a definição de um regime de caudais ecológicos para o mesmo, não se encontra assegurado um nível de caudais que mantenham as características da ilha onde o Castelo se localiza, e a mesma marcará a Paisagem envolvente, visto que é totalmente visível do Castelo, mudando, radicalmente, as características das Paisagens do Castelo.

As paisagens culturais portuguesas são portadoras da atividade física do Homem e da sua relação com a mesma. Fontes insubstituíveis de informação sobre as diversas vidas que as ocuparam e as diversas atividades de que foram portadoras. A sociedade moderna só tem a ganhar com a preservação das mesmas.

Não é possível, nem seria viável, a preservação de tudo, mas é preciso perceber a Identidade Portuguesa e as Identidades Regionais, e estabelecer o que se quer propagar para o futuro, para que as mesmas não sejam obstáculos noutras áreas e nem sejam alvo de destruição em nome, novamente, do progresso.

3. Agravamento de riscos de segurança

3.1. Inundações

Na Vila de Constância, os caudais "variáveis" do rio Zêzere podem contribuir para aumentar o risco de inundações pontuais devido às descargas da barragem, principalmente no inverno.

Para além da nova cota que as águas poderão passar a atingir na albufeira (que pode conduzir à destruição dos investimentos feitos e impossibilitar o usufruto das áreas ribeirinhas); é relevante o perigo acrescido para o Núcleo Histórico da Vila, com cheias mais frequentes que poderão atingir cotas mais elevadas, colocando em risco o património edificado, muitos investimentos que têm sido feitos e, a própria vivência na zona baixa da Vila. Três dos imóveis classificados de interesse público no concelho de Constância situam-se na zona inundável.

As cheias recorrentes no inverno irão decerto contribuir para uma maior degradação destes monumentos representativos da identidade cultural e patrimonial de Constância.

3.2. Erosão das margens

A erosão das margens de delimitação da albufeira do açude serão um risco para a segurança das infraestruturas adjacentes.

3.3. Estabilidade estrutural dos pilares da ponte ferroviária

Os pilares da ponte ferroviária sobre o rio Tejo estão localizados dentro da prevista albufeira artificial, junto ao paredão do açude e imediatamente a jusante da confluência da foz do rio Zêzere no rio Tejo.

Não se encontram estudados os riscos para a estabilidade dos pilares da ponte ferroviária, nomeadamente, o potencial erosivo sobre os pilares e o leito do rio que decorra da alteração das condições de escoamento e da ocorrência de vórtices.

4. Incumprimento das Diretivas Quadro da Água, Aves e Habitats, e da Estratégia para a Biodiversidade 2030 da União Europeia

A construção de um novo açude e da nova barragem do Ocreza é incoerente à luz das Diretivas Quadro da Água, Habitats e Aves, e da Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030 atuando em contradição com as metas traçadas pela União Europeia.

A Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030 apresenta metas de restauro ecológico para os ecossistemas, importantes para a biodiversidade e o clima, destacando-se a importância de zonas húmidas, florestas e ecossistemas marinhos, assim como de rios, de forma a aumentar a sua conectividade.

A Comissão Europeia estabeleceu a restauração de pelo menos 25 000 km de rios através da remoção de barreiras obsoletas e da recuperação de ecossistemas ribeirinhos como meta a alcançar no âmbito da Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030.

O projeto de novo açude e nova barragem no Ocreza é, portanto, a contradição e perversão dos objetivos definidos pela União Europeia, subscritos por Portugal, ao pretender o aumento de barreiras à conectividade.

O projeto de albufeira e de açude proposto não cumpre claramente a Diretiva-Quadro da Água. Esta norma comunitária, aplicável no nosso país desde 2000, obriga-nos a não deteriorar ainda mais os rios e as massas de água da União Europeia e a melhorar o seu estado. Estas obrigações serão violadas se o açude for construído.

Além disso, o estudo não conseguiu demonstrar o interesse "superior" do projeto e não foi demonstrado que não existam outras alternativas mais racionais e ambientalmente sustentáveis a esta

albufeira do açude que destruirá troços muito valiosos do rio Zêzere e do rio Tejo e afetará gravemente as populações ribeirinhas de Vila Nova da Barquinha e Constância.

A Diretiva-Quadro da Água estabelece, no seu artigo 4.7, condições rigorosas para a realização, excecionalmente, de projetos que alterem rios e massas de água, que não foram abordadas neste estudo e que não se encontram reunidas neste projeto, nomeadamente:

“a) Sejam tomadas todas as medidas exequíveis para mitigar o impacto negativo sobre o estado da massa de água;”

Não são definidas as medidas necessárias à mitigação do impacto negativo sobre o estado da massa de água.

“b) As razões que explicam as alterações estejam especificamente definidas e justificadas no plano de gestão de bacia hidrográfica e os objetivos sejam revistos de seis em seis anos;”

A albufeira e a infraestrutura do açude propostos no estudo não se encontram definidos, nem justificados no plano de gestão de bacia hidrográfica.

“c) As razões de tais modificações ou alterações sejam de superior interesse público e/ou os benefícios para o ambiente e para a sociedade decorrentes da realização dos objetivos ambientais sejam superados pelos benefícios das novas modificações ou alterações para a saúde humana, para a manutenção da segurança humana ou para o desenvolvimento sustentável; e”

Com efeito, o “superior interesse público” não se encontra sustentado, nem demonstrado, e não é, portanto, acreditado no âmbito da regulamentação em vigor.

Não se pode assim concluir que o interesse geral de uma obra hidráulica e este ‘superior’ interesse exigido pela norma europeia sejam equivalentes ou possam ser equiparados. O “interesse público superior” exige indesculpavelmente uma comparação, na sua apresentação própria e independente, uma vantagem em relação ao “interesse geral”.

“d) Os objetivos benéficos decorrentes dessas modificações ou alterações da massa de água não possam, por motivos de exequibilidade técnica ou de custos desproporcionados, ser alcançados por outros meios que constituam uma opção ambiental significativamente melhor.”

O estudo não realiza a comparação de outros meios alternativos que permitem alcançar o mesmo objetivo e que constituem uma opção ambiental significativamente melhor, como sejam aqueles que apresentamos no item 5.2 ou os enunciados nas prioridades das alíneas a) a c) do projeto “Água que une” que se destacam no item 5.1, como meios alternativos mais ecológicos, económicos e com menos impactos sociais.

5. Ausência de uma verdadeira Avaliação Ambiental Estratégica

5.1. Prioridades do projeto “Água que une”

Em 2024 foi criado o grupo de trabalho¹ para elaborar uma nova estratégia nacional para a gestão da água designada “Água que Une” que articule todos os instrumentos de gestão em vigor, que promova a sustentabilidade das massas de água, a garantia do abastecimento de água, salvaguardando o bem-estar da população e a viabilidade dos setores económicos, orientada pelo seguinte quadro sequencial de prioridades:

- a) Aumento da eficiência hídrica e promoção do uso racional da água;
- b) Redução das perdas de água nos sistemas de abastecimento público, agrícola, turística, industrial;
- c) Promoção da utilização de água residual tratada;
- d) Otimização da exploração das infraestruturas existentes, através da promoção da multifuncionalidade do seu uso e do reforço da resiliência e redundância dos sistemas hidráulicos;
- e) Aumento da capacidade de armazenamento das infraestruturas existentes;
- f) Criação de novas infraestruturas e origens de água, onde se incluem infraestruturas de armazenamento, regularização e captação de água, unidades de dessalinização e, em último recurso, a interligação entre bacias hidrográficas.

Deve-se realçar que apenas em último lugar das prioridades se encontra a “criação de novas infraestruturas e origens de água, onde se incluem infraestruturas de armazenamento, regularização e captação de água” o que obrigaria a que o estudo presentemente em consulta pública avaliasse todas as outras anteriores prioridades como passíveis de serem melhores alternativas ambientais, tecnológicas, sociais ou económicas.

A escolha da construção de uma nova infraestrutura, um novo açude, como única opção objeto do estudo evidencia a inversão das prioridades da atual política de gestão da água.

É ainda preocupante a opção por um modelo de desenvolvimento assente em novos açudes e barragens que se encontra ultrapassado na larga maioria dos países desenvolvidos, e para os quais as disponibilidades de água são uma preocupação face às consequências previstas das alterações climáticas. O processo de descomissionamento de barreiras obsoletas é uma realidade há anos em países como os EUA, Suécia, França ou Espanha, com o objetivo de restaurar os ecossistemas.

Um estudo publicado na Nature dá conta de um total de 1.200 barragens removidas nos EUA, e que esse processo se iniciou na Europa sobretudo com a implementação da DQA. O Movimento

¹ [Despacho n.º 7821/2024 do Gabinete da Ministra do Ambiente e Energia e Gabinete do Ministro da Agricultura e Pescas.](#)

Dam Removal Europe tem mapeado essas remoções, assim como promovido os resultados destes processos.

De facto, os nossos vizinhos Ibéricos encetaram já a remoção de mais de 200 barragens, enquanto França ultrapassou já as 1.800.

5.2. Ausência de avaliação das melhores alternativas

O procedimento de **Avaliação Ambiental Estratégica** não visa a criação de uma oportunidade de confrontar estratégias, reconhecer alternativas ambientais, tecnológicas, sociais ou económicas, nem valorizar a capacidade de organização social no longo prazo, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, o que cria um risco de substituir uma cultura de planeamento (assente em responsabilidade e prudência, consciência do longo prazo, participação e complexidade) por soluções rápidas para superação de exigências predominantemente administrativas, com o risco de pôr em causa os objetivos de desenvolvimento sustentável que devem presidir ao procedimento.

Consideramos que não foi realizada uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) que integre o estudo de soluções alternativas com base nas metas da Diretiva Quadro da Água, tendo em conta todas as dimensões, ecológica, social, financeira, tecnológica, que melhor respondam aos desafios atuais e futuros e por isso avaliando a possibilidade de adoção de soluções de engenharia natural e recomendando políticas estratégicas, transversais a todos os ministérios, focadas nas causas dos problemas, uma política de recuperação de custos dos serviços da água e o uso adequado do erário público considerando o custo de oportunidade destes projetos.

Na verdade, todos os objetivos traçados no estudo em consulta pública podem ser atingidos com investimentos em soluções alternativas que devem ser estudadas e avaliadas de modo a minorar os impactos negativos sobre o funcionamento dos ciclos ecológicos visto que não implicam a construção de novos açudes e barragens e se afiguram mais sustentáveis, mais custo-eficazes e com menores impactes ecológicos, nomeadamente:

Ao nível da procura de água

- Adoção de medidas de eficiência hídrica do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (que promovem a eficiência global do uso da água na agricultura que tem 40% de perdas);
- Investir na investigação, na formação e na adaptação a novas práticas agrícolas em condições de forte carência de água através da cobertura permanente do solo, da mobilização reduzida ao mínimo necessário, da plantação de corta ventos, etc.... para melhor aproveitamento da água e aumento da fertilidade dos solos. Incentivando assim a produção de espécies mais bem-adaptadas com práticas sustentáveis como as de agroecologia, de agroflorestal, a agricultura regenerativa e culturas hidropónicas com sistemas de rega de maior rendimento e a seleção de

culturas resistentes e adaptadas ao crescimento no Outono-Inverno, mais sustentáveis e com menor consumo de recursos energéticos e hídricos, como preconizado nas novas diretivas da PAC.

Contrariamente, o estudo em consulta pública pretende um acréscimo enorme dos consumos de água para a rega na agricultura intensiva das espécies de primavera-verão e de espécies adaptadas ao sequeiro. Perante situações de seca severa, é hora de investir mais em culturas sustentáveis de outono-inverno e colheita primaveril, com menor consumo de recursos hídricos, para melhor aproveitar a água.

Ao nível da oferta de água

- Promover a implementação de regimes de caudais ecológicos nos Planos de Gestão da Região Hidrográfica de Portugal e Espanha e regulamentar a gestão das barragens;
- Instalação de equipamentos de captação de água diretamente do rio com economias de escala para os utilizadores (ex: a captação de Valada Tejo da EPAL tem uma capacidade nominal de 400 000 m³/dia destinados à Estação de Tratamento de Água de Vale da Pedra e a captação de água do Conchoso que fornece água aos terrenos agrícolas da Lezíria de Vila Franca de Xira);
- Aproveitamento das águas residuais tratadas das estações de tratamento de águas residuais urbanas e industriais e mais investimento na separação dos esgotos das águas limpas (nomeadamente, pluviais) e das águas sujas.

A reutilização de águas residuais devidamente tratadas é outra opção que alarga as possibilidades de uso mais sustentável das disponibilidades hídricas, ao mesmo tempo que contribui para uma maior monitorização da qualidade da água saída das ETAR industriais e domésticas.

- Adoção de Medidas Naturais de Retenção de Água aos níveis agrícola, urbano, florestal e hidromorfológico, já implementadas em países da EU. Do ponto de vista do aumento do regadio existem alternativas a escalas mais reduzidas como as medidas naturais de retenção de água (Integrated Water Retention Measures) que são já uma aposta em vários países da União Europeia e podem ser aplicadas ao sector agrícola, combinadas com a eficiência hídrica, a cobertura permanente do solo e a adaptação de culturas ao clima.
- Reaproveitamento das barragens inoperacionais do Oeste;
- Utilização da capacidade de captação de água no subsolo, importando:
 - ✓ o conhecimento do atual nível de recarga e de utilização dos aquíferos;
 - ✓ o conhecimento e definição do potencial de utilização e de reserva estratégica dos aquíferos;
 - ✓ a avaliação do risco e benefícios da recarga artificial de aquíferos.

"Se pretendemos resolver o problema da seca com a rega, nunca vamos ter água suficiente", alerta Mário Carvalho, professor no departamento de Agricultura da Universidade de Évora, que se tem dedicado à investigação deste fenómeno, apontando que o caminho do Alentejo passa pela "maximização da produtividade da água", alegando que por ser escassa e cara tem de garantir elevadas produções. "Se a utilizarmos para regar culturas de outono-inverno conseguimos produtividade quatro a cinco vezes superiores às de regadio de primavera-verão", diz. Mas para que esta estratégia resulte em pleno é preciso garantir uma boa drenagem dos solos, para evitar que em anos de muita chuva não se perca produção nos regadios devido ao encharcamento dos campos." (ver [Diário de Notícias - "Alentejo já pensa em alterar culturas para "fintar" a seca" – 04-11-2017](#)).

6. Insuficiência da informação para a participação pública

6.1. Informação sobre o açude e a albufeira

Não é disponibilizada a memória descritiva ou especificações técnicas do projeto do açude rebatível, sobre o qual apenas se conhece a cota 20 como a sua cota mínima de exploração, nem é disponibilizada informação precisa sobre as cotas de inundação da albufeira.

É inaceitável esta sonegação de informação visto que os maiores impactos do estudo relevam do açude proposto e da sua albufeira.

6.2. Informação sobre impactos ambientais

O estudo da albufeira e do açude nada refere quanto à:

- Definição de um regime de caudal ecológico e ao circuito que o assegurará;
- Construção de um dispositivo de passagem para peixes;
- Presença de flora submersa ou aquática;
- Presença de fauna terrestre, de ictiofauna e de avifauna, nomeadamente, ao elevado número de cegonhas que nidifica nas margens e junto do futuro açude;
- Deterioração da qualidade de massas de água que, por estagnação, sofrerá dos efeitos de eutrofização e de acumulação da poluição de montante visto que a Caima descarrega diretamente para a albufeira do açude proposto.

6.3. Informação de avaliação financeira

Neste estudo não foram consideradas ou realizadas as estimativas dos custos ambientais por perdas de serviços prestados pelos ecossistemas, nem os prejuízos financeiros causados a outras atividades económicas em resultado da concretização deste projeto, nomeadamente, na região afetada pela albufeira do açude a construir, que é a infraestrutura com impactos mais significativos.